



## **COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL**

### **ATA DO 76º ENCONTRO DO COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL**

Ata do 76º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, realizado em Rio Branco, Estado do Acre, no período de 16 a 18 de outubro de 2008.

Às nove horas do dia dezessete de outubro de dois mil e oito reuniu-se o Colégio Permanente de Presidentes, após abertura do Encontro, em sessão solene do Tribunal de Justiça local, na noite anterior, na Faculdade da Amazônia Ocidental.

Abrindo os trabalhos, a Desembargadora Isaura Maia, deu as boas-vindas aos presentes, dizendo da alegria pela realização do Encontro, o segundo realizado em Rio Branco, esperando que os trabalhos se desenvolvam bem, de forma proveitosa e com resultados para os Tribunais de Justiça. A seguir, passou a palavra ao Des. Marcus Faver, Presidente da Comissão Executiva, que, inicialmente, agradeceu a Des. Isaura Maia pelas providências que adotou para a realização do Encontro, inclusive com a apresentação, ontem, da Orquestra Sinfônica do Acre, da ópera sobre a história do povo acreano. O Des. Antonio Noronha, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná que, ao cumprimentar a Des. Isaura ofereceu-lhe uma lembrança do seu Tribunal. O Des. Marcus Faver, a seguir, disse da movimentação financeira do Colégio, com apresentação do balancete dos recibos e despesas até 14 de outubro corrente. Discorreu, a seguir, sobre estudo do IPEA sobre a população brasileira, que tende a cair, a partir de 2030, sendo revelada a necessidade da aprovação da PEC sobre a aposentadoria compulsória aos 75 (setenta e cinco) anos. Transmitiu, a seguir, apelo do Des. Amaral, de Santa Catarina, no sentido de combinarem-se esforços para a aprovação da matéria na Câmara dos Deputados, ao interesse público de que a reveste. Falou, também, sobre entrevista do Ministro Marco Aurélio, que deve ser divulgada hoje, favorável à aposentação do servidor público brasileiro, quando compulsória, com maior idade. O Des. Antonio Noronha também se manifestou sobre o assunto, dizendo do compromisso do Presidente da Câmara dos Deputados de por a PEC em votação, logo após a conclusão das eleições municipais. Passando à parte de trabalhos, disse que nossa reunião, na parte da manhã, será de manifestação de três Presidentes de Tribunais de Justiça sobre temas de interesse geral, ficando a parte da tarde, reservado à exposição da Dra. Márcia Alencar, sobre a política de penas alternativas no País. Passou a palavra a seguir ao Des. Jones Figueiredo, Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que discorreu sobre o tema “Regulação da liquidez de ações e normatividade”, dizendo que mandou distribuir entre os presentes Provimento a respeito baixado pelo seu Tribunal (Provimento nº 03/2008, do Conselho de Pernambuco de 15 de agosto de 2008). Falou, em seguida,, sobre as medidas liminares concedidas por decisão singular de Conselheiro do CNJ, que, a seu ver, atentam contra a autonomia dos Tribunais, como, como teria ocorrido recentemente com decisão envolvendo Juiz daquele Estado, atual Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. Discorreu, também, sobre iniciativa do CNJ sobre aquisição e uso de veículos oficiais, pedindo, sobre tudo, um posicionamento do

#### **COMISSÃO EXECUTIVA**

Av. Erasmo Braga, 115, lamina I, sala 519  
Centro – Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 20.020-903  
(21) 3133-4179 – FAX (21) 3133-4725



## COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

Colégio de Presidentes. O Des. Marcus Faver, passou a palavra ao Des. Lívio Geraldo Gonçalves, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que discorreu sobre o tema: “Aquisição e uso de veículos oficiais” por órgãos do Poder Judiciário, conclamando o Colégio de Presidentes a se posicionar contrariamente ao propósito do CNJ de regular a matéria, com violação da autonomia administrativa dos Tribunais de Justiça. Pediu a palavra, pela ordem, o Des. Murta Ribeiro, para esclarecer que no seu Tribunal existe hoje um grande esforço para aproximação do Judiciário do povo, conforme revela cartilha para este fim editada, e ora distribuída aos presentes, sendo um esforço proativo da justiça fluminense. A seguir, o Des. Marcus Faver deu a palavra ao Des. Antonio Noronha, Vice-Presidente do TJ do Paraná, que discorreu o tema “Estatuto da Magistratura”, e, especialmente, sobre as chamados “quintos sucessivos”. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Des. Marcus Faver deu a palavra a Dra. Márcia de Alencar, coordenadora Geral da Secretaria de Reforma do Poder Judiciário do Ministério da Justiça, que falou sobre a política de fomento às penas e medidas alternativas no Brasil, a cargo daquele Ministério. Após agradecer a participação da Dra. Márcia de Alencar, o Des. Marcus Faver passou a palavra a Des. Eva Evangelista, Corregedora Geral da Justiça, que falou sobre a experiência de seu Tribunal sobre “Justiça Comunitária Itinerante”, exibindo um vídeo que registra aquela experiência. A seguir, o Des. Marcus Faver agradeceu a Des. Eva Evangelista, passando a palavra ao Des. Antonio Noronha, que conclamou os Presidentes de Tribunais a lutarem pela aprovação da PEC que restabelece as férias coletivas do Judiciário, já que a EC 45, estabelecendo as férias individuais, subvertem o funcionamento da Justiça estadual, com graves prejuízos para a prestação jurisdicional. Sua Excelência manifestou-se, ainda sobre o futuro Estatuto da Magistratura, cujo anteprojeto está sendo ultimado no Supremo Tribunal Federal. A Des. Isaura Maia pediu a palavra para dizer que mandou distribuir aos presentes cópia de ata de cooperação institucional com a Corte de Justiça do Departamento de Pando, na cidade de Cobija, no dia 18 seguinte. Suspensos os trabalhos por 15 (quinze) minutos, foram reabertos as 17 (dezessete) horas, quando o Des. Marcus Faver leu a CARTA DE RIO BRANCO, que foi aprovada por unanimidade, encerrando-se os trabalhos, do que, para constar, lavra-se a presente ata, que vai por mim Secretario *ad doc*, assinada, sendo subscrita pelos demais presentes.

### COMISSÃO EXECUTIVA

Av. Erasmo Braga, 115, lamina I, sala 519  
Centro – Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 20.020-903  
(21) 3133-4179 – FAX (21) 3133-4725